

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

Estudo Técnico Preliminar 14/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: SEI 1159/2026

2. OBJETIVO

2.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, INCLUINDO VEÍCULOS E MOTORISTAS HABILITADOS, PARA DESLOCAMENTO DA FORÇA PÚBLICA RESPONSÁVEL PELA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO NO PLEITO ELEITORAL DE 2026, à luz do disposto no art. 18, I e § 1º da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021 e na Instrução Normativa n.º 58/2022 – SEGES/ME.

3. Descrição da necessidade

3.1. A necessidade fundamenta-se na garantia da segurança ostensiva em todos os locais de votação do Estado do Rio Grande do Norte durante o pleito de 2026. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RN) enfrenta o desafio crítico de viabilizar o posicionamento estratégico do contingente da Polícia Militar (PMRN) em pontos de votação na capital e no interior, assegurando que o exercício do voto ocorra em um ambiente de ordem e integridade. Sem uma estrutura de transporte eficiente, a presença da força policial nos locais de votação desde a véspera do pleito fica gravemente comprometida. O problema reside na comprovada insuficiência de meios próprios por parte da Polícia Militar do RN, que não dispõe de frota de transporte de pessoal, como ônibus e micro-ônibus, em quantidade ou estado de conservação que suporte o deslocamento simultâneo de tropas para todas as Zonas Eleitorais. Além disso, a aquisição de uma frota própria por parte deste Tribunal para um evento de natureza sazonal e bienal representaria uma solução economicamente inviável, gerando custos desproporcionais de manutenção, pessoal e depreciação de ativos que permaneceriam ociosos na maior parte do tempo.

3.2. A definição do quantitativo de veículos para as Eleições 2026 baseia-se no planejamento estratégico apresentado pela Polícia Militar do Rio Grande do Norte, que sugere mudar o perfil da frota para tornar o transporte mais ágil. Conforme levantado, nas Eleições Gerais de 2022 foram contratados 36 (trinta e seis) ônibus para o deslocamento ao Interior do Estado e 12 (doze) micro-ônibus para a cidade de Natal. As quantidades definidas no planejamento de 2026 são de 32 (trinta e dois) ônibus e 20 (vinte) micro-ônibus. Cada veículo mobilizado para o interior do Estado deverá atender vários municípios, de acordo com as orientações do Comando-Geral da Polícia Militar do RN e conforme a logística de distribuição a ser definida oportunamente quando da seleção do fornecedor.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Gestão de Transportes/COPAT/SAOF.	Eduardo Cardoso dos Santos.
Seção de Gestão de Transportes/COPAT/SAOF.	Marcello Correia de Castro.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação**5.1. Requisitos orçamentários:**

5.1.1. O valor previsto no Plano Anual de Contratações para essa demanda é de R\$ 710.434,00, referente ao ano de 2026;

5.1.2. Caso o valor previsto seja ultrapassado, o TRE/RN deverá providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

5.2. Requisitos técnicos:

5.2.1. Necessidade de atestado de capacidade técnica, a ser exigido da empresa licitante, que deixe claro que a futura contratada tem condições técnicas e operacionais para contratar com o TRE/RN.

5.2.2. A depender da solução escolhida será necessária a indicação de profissionais (prepostos) que serão responsáveis pela comunicação entre a(s) futura(s) contratada(s) e a equipe de fiscalização do contrato.

5.3. Requisitos geográficos:

5.3.1. A futura contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte.

5.4. Requisitos operacionais:

5.4.1. O suporte logístico de transporte dar-se-á nas Zonas Eleitorais abaixo relacionadas, observando-se o planejamento operacional da PM/RN:

5.4.1.1. Capital: 1ª ZE, 2ª ZE, 3ª ZE, 4ª ZE e 69ª ZE/Natal.

5.4.1.2. Interior: 5ª ZE/Macaíba, 6ª ZE/Ceará-Mirim, 7ª ZE/São José de Mipibu, 8ª ZE/São Paulo do Potengi, 9ª ZE/Goianinha, 10ª ZE/João Câmara, 11ª ZE/Canguaretama, 12ª ZE/Nova Cruz, 13ª ZE/Santo Antônio, 14ª ZE/Touros, 15ª ZE/São José do Campestre, 16ª ZE/Santa Cruz, 17ª ZE/Lajes, 18ª ZE/Angicos, 19ª ZE/São Tomé, 20ª ZE/Currais Novos, 21ª ZE/Florânia, 22ª ZE/Acari, 23ª ZE/Caicó, 24ª ZE/Parelhas, 25ª ZE/Caicó, 26ª ZE/Caicó, 27ª ZE/Jucurutu, 29ª ZE/Açu, 30ª ZE/Macau, 31ª ZE/Campo Grande, 32ª ZE/Areia Branca, 33ª ZE/Mossoró, 34ª ZE/Mossoró, 35ª ZE/Apodi, 36ª ZE/Caraúbas, 37ª ZE/Patu, 38ª ZE/Martins, 39ª ZE/Umarizal, 40ª ZE/Pau dos Ferros, 41ª ZE/Alexandria, 42ª ZE/Luís Gomes, 43ª ZE/São Miguel, 44ª ZE/Monte Alegre, 45ª ZE/Apodi, 46ª ZE/Ceará-Mirim, 47ª ZE/Pendências, 49ª ZE/Mossoró, 50ª ZE/Parnamirim, 51ª ZE/São Gonçalo do Amarante, 52ª ZE/São Bento do Norte, 53ª ZE/Tangará, 54ª ZE/Açu, 58ª ZE/Mossoró, 62ª ZE/João Câmara, 63ª ZE/Portalegre, 64ª ZE/Extremoz, 65ª ZE/Pau dos Ferros, 67ª ZE/Nísia Floresta e 68ª ZE/Santa Cruz.

5.5. Requisitos de sustentabilidade.

5.5.1. A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, no que couber.

5.6. Requisitos econômico-financeiros.

5.6.1. Deverá ser previsto em Edital que a empresa licitante demonstre ter capacidade econômica para contratar com o TRE/RN.

5.7. Requisitos fiscais e trabalhistas.

5.7.1. A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas.

5.7.2. Tais condições devem ser mantidas por todo o período de contratação, sob pena de rescisão contratual.

5.8. Requisitos administrativos.

5.8.1. A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e ao Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas), devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Para definição da solução que melhor atende à necessidade de transporte e distribuição do efetivo da Polícia Militar do Rio Grande do Norte nas Eleições Gerais de 2026, realizou-se um levantamento de mercado observando os princípios da economicidade e da efetividade operacional.

6.1.1. Locação de frota com motorista e combustível (fretameto eventual). Esta é a opção mais comum para eventos sazonais. O mercado dispõe de empresas especializadas em fretamento que entregam a solução completa na modalidade de "pacote fechado". A vantagem é que o contratante se exime da gestão de combustível, manutenção e escalas de motoristas. A responsabilidade por substituição imediata em caso de quebra é da contratada. A desvantagem reside na dependência total da capacidade operacional da empresa vencedora em mobilizar muitos veículos simultaneamente em uma data de altíssima demanda (dia da eleição).

6.1.2. Acordos de cooperação com outros órgãos públicos. O TRE poderia utilizar frotas de outros órgãos federais ou estaduais que não estejam em uso no dia do pleito. O custo seria drasticamente reduzido, limitando-se ao custeio de combustível e diárias de motoristas. A desvantagem é a incerteza de disponibilidade. Como a segurança é uma prioridade estadual, a maioria dos órgãos também coloca seus veículos em prontidão, reduzindo a oferta.

6.1.3. Gerenciamento de transporte por aplicativo ou cooperativas de taxi. Vantagem: pagamento estritamente pelo uso (quilometragem/tempo) e capilaridade total na região metropolitana. Inviabilidade para o problema: esta opção é ineficaz para o transporte de tropas, que exige veículos de grande capacidade (ônibus) e permanência do veículo à disposição em locais remotos no interior, onde o sinal de internet e a oferta de motoristas de aplicativo são inexistentes.

6.1.4. Aquisição de frota própria. Compra direta de ônibus e micro-ônibus via licitação para incorporação ao patrimônio do Tribunal. Vantagem: controle total sobre os veículos e disponibilidade permanente. Desvantagem: extremamente desvantajosa para o problema em tela por envolver riscos inaceitáveis, além de ser trabalhosa e economicamente inviável. O custo de aquisição, aliado à manutenção, seguro, garagem e contratação de motoristas concursados ou terceirizados fixos não se justifica para uma demanda que ocorre apenas 2 dias a cada 2 anos.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução consiste na contratação de serviço especializado de transporte rodoviário de passageiros, sob o regime de fretamento eventual, abrangendo a disponibilização de frota, motoristas, combustível e seguros. A operação visa oferecer suporte integral à Polícia Militar do Rio Grande do Norte nas Eleições 2026, garantindo que o transporte das tropas ocorra de forma coordenada, segura e pontual desde a véspera até o encerramento do pleito. Para atender ao volume e ao alcance geográfico necessários, a solução compreende a mobilização simultânea de 52 veículos, distribuídos estrategicamente entre a capital e o interior. O segmento intermunicipal será atendido por 32 ônibus com capacidade mínima de 46 passageiros, adequados para trajetos de média e longa distância. Já o segmento metropolitano contará com 20 micro-ônibus com capacidade mínima de 20 passageiros, a fim de melhor atender ao transporte em Natal. A futura contratada tem, ainda, a obrigação de cobrir todos os custos de uma eventual necessidade de substituição de veículos.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. O TRE/RN quer contratar o serviço de transporte de policiais que vão trabalhar nos locais de votação nas seguintes quantidades:

1º Turno

VEÍCULO	QUANTIDADE PREVISTA
Ônibus interurbano, equipado com toalete e ar-condicionado e capacidade para 46 passageiros sentados.	32
Micro-ônibus com ar-condicionado e capacidade para 20 passageiros sentados.	20

2º Turno, se houver.

VEÍCULO	QUANTIDADE PREVISTA
Ônibus interurbano, equipado com toalete e ar-condicionado e capacidade para 46 passageiros sentados.	32
Micro-ônibus com ar-condicionado e capacidade para 20 passageiros sentados.	20

Fonte: Fonte: Planilha “Cópia de Levantamento - Locação de veículos de apoio às eleições 2026/Transporte de policiais”, disponibilizada pela SPLE/COELE/STIE.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 710.434,00

9.1. Valor total: R\$ 710.434,00 (setecentos e dez mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), metade para o primeiro turno e metade para o segundo turno, se houver. O valor informado consta da planilha “Orçamento_Pleitos_2026” e baseou-se nos valores da contratação de 2024, acrescidos de 12% referente à inflação.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL.

10.1. A Contratação se dará por lote de serviços semelhantes, com itens contendo ônibus se deslocando para o interior do Estado e itens contendo micro-ônibus para o transporte da tropa na capital. Agrupando em lotes, caso se confirme um 2º turno teremos a mesma empresa que atuou no 1º turno, permitindo que os prestadores do serviço desenvolvam atividades já conhecidas. Caso haja alguma falha ou necessidade de substituição de veículos, o contato será todo feito com, no máximo, duas empresas. A Lei nº 14.133/2021 dispõe que as licitações de serviços atenderão ao princípio do parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Dessa forma, entendemos que a regra do parcelamento não se aplica à presente demanda, optando-se pela modalidade de agrupamento dos itens em lote único e a contratação de um único prestador e, como já dito acima, em proveito da execução do objeto na hipótese de haver segundo turno de votação, considerando a experiência adquirida pela empresa em sua atuação preliminar. Por outro lado, caso o objeto seja parcelado em itens isolados, sem agrupamento, a não confirmação do segundo turno resultaria em prejuízo ao planejamento da contratada, em razão de compromissos assumidos antecipadamente, como locação de veículos e mobilização de mão de obra.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações interdependentes que repercutam na viabilidade da contratação em apreço.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. Os recursos para o transporte de policiais para os locais de votação estão previstos no orçamento e no Plano Anual de Contratações de 2026. A destinação desses valores foi validada pelas áreas de planejamento e execução orçamentária do Tribunal. A demanda tem como objetivo estratégico o aperfeiçoamento da gestão do processo eleitoral.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A contratação garantirá a segurança e a regularidade do pleito de 2026. Com isso, o TRE/RN cumpre sua missão de assegurar uma eleição íntegra, segura e ágil para o Estado e para o País. Vale acrescentar que esta contratação movimentará o mercado regional com a mobilização de motoristas locais, fazendo com que os recursos financeiros utilizados revertam em benefício para a sociedade.

14. Providências a serem Adotadas

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

14.1. A articulação com a Polícia Militar/RN ocorre de forma contínua desde o planejamento inicial. Definida a contratação do transporte, caberá ao Comando-Geral da PM a logística de distribuição das rotas. Conforme confirmado pela SETRAN, a frota das Eleições 2026 manterá o padrão de 2024: 32 ônibus e 20 micro-ônibus para ambos os turnos. Após a licitação, o fornecedor coordenará a execução do serviço diretamente com o Comando da PM. Caberá à Polícia Militar a gestão operacional das rotas, incluindo a definição de horários e pontos de embarque e desembarque.

15. Possíveis Impactos Ambientais

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO.

15.1. A empresa contratada deverá atender ao disposto no Art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, que trata de normas de sustentabilidade, no que couber. Apesar da execução externa do serviço, isso não isenta a futura contratada de observar as normas gerais de logística sustentável direcionadas a todos os entes públicos e privados. O Termo de Referência deve exigir a observância da legislação ambiental vigente, especificamente quanto ao controle de emissões atmosféricas e à manutenção preventiva da frota, visando a redução do impacto ambiental da operação,

que se concentra na emissão de gases de efeito estufa e poluentes gerados pela combustão de óleo diesel e à produção de resíduos de óleos lubrificantes, baterias e pneus. Para mitigar riscos operacionais, a solução prevê o uso, preferencialmente, de veículos com idade máxima de 10 anos para ônibus e 7 anos para micro-ônibus, aliada ao planejamento otimizado das rotas.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Com base nos Estudos Técnicos Preliminares, confirma-se a adequação da solução apresentada no item 7.1. para o atendimento da demanda. Sendo assim, nos manifestamos pela viabilidade da contratação, sob a condição de posterior análise de sua conformidade jurídica e cobertura orçamentária.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELLO CORREIA DE CASTRO

Integrante da equipe de planejamento da contratação - SETRAN.



Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 17:12:23.

EDUARDO CARDOSO DOS SANTOS

Integrante da equipe de planejamento da contratação - SETRAN.